

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR Nº ____/2025

“Institui normas de proteção de áreas sensíveis à saúde pública e à qualidade de vida no Município de Caraguatatuba, disciplina a instalação e o funcionamento de empreendimentos de alto impacto logístico e dá outras providências.”

PREÂMBULO

A população do Município de Caraguatatuba, no exercício do direito de iniciativa popular, previsto no art. 30, § 2º, da Lei Orgânica do Município e no art. 142 do Regimento Interno da Câmara Municipal, apresenta à apreciação desta Casa Legislativa o seguinte Projeto de Lei, visando resguardar a saúde pública, o sossego urbano e a segurança viária diante da instalação de empreendimentos logísticos de alto impacto — especialmente pátios de triagem de caminhões — em áreas próximas a hospitais, unidades de saúde e zonas residenciais.

CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei tem por objeto proteger áreas sensíveis à saúde pública e à qualidade de vida, disciplinando o licenciamento e a operação de Empreendimentos de Alto Impacto Logístico (EAIL) e criando o Fundo Municipal de Compensação por Impacto à Saúde e Qualidade de Vida (FMC-SQV).

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se por:

I – *Área Sensível*: imóveis onde se localizam hospitais, UPAs, maternidades, creches, escolas, asilos, unidades de saúde mental e zonas estritamente residenciais;

II – *EAIL*: pátio de triagem de caminhões, terminal rodoviário de veículos pesados ou centro logístico com circulação média superior a 50 veículos pesados por dia;

III – *Zona de Proteção Sanitária (ZPS)*: faixa de até 800 m em torno de qualquer Área Sensível, conforme Anexo I;

IV – *FMC-SQV*: fundo financeiro destinado a compensar impactos ambientais e sanitários causados por EAIL.

CAPÍTULO II — DAS RESTRIÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

Art. 3º Fica proibida a instalação e o funcionamento de qualquer Empreendimento de Alto Impacto Logístico (EAIL) em faixa inferior a **800 metros lineares** de distância de qualquer Área Sensível, definida no art. 2º, inciso I.

§ 1º Para empreendimentos existentes à data da publicação desta Lei que se encontrem em desconformidade com esta norma, será concedido prazo **improrrogável de 30 (trinta) dias** para apresentação de estudo técnico de mitigação de impactos e plano de adequação à legislação vigente.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto no § 1º acarretará **interdição administrativa imediata** do empreendimento, sem prejuízo da aplicação de multas e demais sanções previstas nesta Lei.

§ 3º Considera-se descumprimento grave a ausência de **licença ambiental atualizada, plano de monitoramento de emissões atmosféricas, estudo de impacto sonoro e análise de tráfego viário**.

Art. 4º Os empreendimentos abrangidos por esta Lei deverão comprovar, para obtenção ou renovação de licença:

- I – posse de **Licença de Operação** válida emitida pela CETESB;
- II – aprovação do **Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)**;
- III – certificado de conformidade emitido pela **Secretaria Municipal de Saúde**, pela **Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca** e pela **Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana**;
- IV – ausência de débitos ou pendências relacionadas a infrações ambientais, sanitárias ou urbanísticas;
- V – plano de monitoramento das emissões e dos níveis de ruído, atualizado a cada 12 (doze) meses.

§ 1º A renovação das licenças dependerá da apresentação de relatórios semestrais de monitoramento ambiental e sanitário.

§ 2º O descumprimento das obrigações previstas neste artigo implicará multa mensal de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, cumulável até o limite de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, revertida ao Fundo Municipal de Compensação por Impacto à Saúde e Qualidade de Vida (FMC-SQV).

Art. 5º O Poder Executivo, por meio das Secretarias competentes, deverá realizar inspeções periódicas, no mínimo **a cada 90 (noventa) dias**, fiscalizando:

- I – o cumprimento das condições de licença;
- II – os níveis de ruído e poluentes;
- III – o tráfego de veículos pesados nas vias municipais;
- IV – as condições de segurança e de higiene do entorno.

§ 1º A omissão ou a negligência na fiscalização por parte dos agentes públicos configurará infração administrativa grave, nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

§ 2º Os resultados das fiscalizações deverão ser divulgados no **Portal da Transparência** em até **10 (dez) dias úteis**, assegurando-se o acesso público às medições e relatórios.

CAPÍTULO III — DO FUNDO MUNICIPAL DE COMPENSAÇÃO POR IMPACTO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA (FMC-SQV)

Art. 6º Fica criado o **Fundo Municipal de Compensação por Impacto à Saúde e Qualidade de Vida (FMC-SQV)**, com a finalidade de financiar ações de saúde, vigilância sanitária e ambiental, e programas de mitigação de impactos causados por empreendimentos logísticos.

Art. 7º Constituem receitas do FMC-SQV:

- I – as multas aplicadas nos termos desta Lei;
- II – recursos oriundos de convênios, termos de ajuste ou doações;
- III – percentual mínimo de 5 % (cinco por cento) das taxas de licenciamento ambiental e sanitário dos EAIL;
- IV – transferências de valores provenientes de compensações ambientais determinadas pela CETESB ou por decisão judicial.

Art. 8º Os recursos do FMC-SQV serão destinados:

- I – a projetos de modernização do Hospital Regional do Litoral Norte e outras unidades de saúde;
 - II – a programas municipais de vigilância ambiental e controle de ruído e poluição;
 - III – à implantação de barreiras verdes e sistemas de monitoramento do ar;
 - IV – à capacitação dos servidores municipais em matéria de fiscalização ambiental e sanitária.
-

CAPÍTULO IV — DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 9º A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à **Secretaria Municipal de Saúde**, à **Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca**, e à **Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana**, cada qual no âmbito de suas atribuições, em cooperação com a CETESB e com a Polícia Ambiental.

§ 1º As Secretarias competentes deverão comunicar imediatamente ao Ministério Público e à Câmara Municipal qualquer violação grave, especialmente a ocorrência de impactos à saúde pública.

§ 2º A omissão no dever de comunicar poderá ser enquadrada como ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992 e da Lei Orgânica Municipal.

Art. 10. Sem prejuízo das penalidades civis e penais cabíveis, a inobservância das disposições desta Lei ensejará:

- I – advertência e prazo de 48 horas para regularização;
- II – multa diária progressiva de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), limitada a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- III – interdição imediata do empreendimento em caso de risco iminente à saúde pública ou ao meio ambiente;
- IV – revogação sumária da licença ambiental em caso de reincidência.

CAPÍTULO V — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. Os empreendimentos existentes enquadrados como Empreendimentos de Alto Impacto Logístico (EAIL) que operem em desconformidade com o disposto nesta Lei terão o prazo **improrrogável de 30 (trinta) dias** para adequação integral, contados da data de sua publicação.

§ 1º Findo o prazo sem a devida comprovação técnica e documental das medidas corretivas, o empreendimento ficará **automaticamente sujeito à suspensão de suas atividades**, bem como à **multa mensal de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, revertida ao **Fundo Municipal de Compensação por Impacto à Saúde e Qualidade de Vida (FMC-SQV)**.

§ 2º A reincidência ou resistência ao cumprimento das determinações implicará **cassação definitiva da licença de funcionamento** e comunicação imediata ao Ministério Público.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de **30 (trinta) dias** a contar de sua publicação, devendo:

- I – definir metodologia de cálculo e forma de aplicação das penalidades;
- II – estabelecer parâmetros técnicos de monitoramento de emissões, ruído e tráfego;
- III – instituir o Conselho Gestor do FMC-SQV com composição paritária entre Poder Público e sociedade civil.

Art. 13. O não exercício do poder de fiscalização por parte da **Secretaria Municipal de Saúde**, da **Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca** ou da **Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana**, quando comprovada a omissão dolosa ou reiterada, sujeitará os respectivos titulares às penalidades previstas na **Lei Federal nº 8.429/1992** e demais normas de improbidade administrativa.

Art. 14. A **Câmara Municipal de Caraguatatuba**, no exercício de sua função fiscalizadora, deverá acompanhar a execução desta Lei, podendo:

- I – instaurar Comissão Temporária de Fiscalização e Controle;
- II – requerer informações formais às Secretarias competentes;
- III – solicitar perícias técnicas e auditorias independentes;
- IV – encaminhar representação ao Ministério Público ou à CETESB em caso de irregularidades constatadas.

Art. 15. Fica expressamente vedada qualquer anistia, autorização precária, termo de ajuste, licença provisória ou renovação tácita de empreendimentos que não atendam integralmente às exigências desta Lei, em consonância com o **art. 108 da Lei Orgânica do Município de Caraguatatuba**, que proíbe a concessão de anistia a instalações em desacordo com a legislação ambiental

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caraguatatuba, ____ de _____ de 2025.

Prefeito Municipal de Caraguatatuba

Presidente da Câmara Municipal de Caraguatatuba